



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

**EDITAL**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2023**

**1. PREÂMBULO**

1. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, torna público que, para conhecimento dos interessados, que está instaurando processo de **CHAMAMENTO PÚBLICO** para **CREDENCIAMENTO**, através do presente instrumento, com fundamento no art. 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações c/c Portaria de Consolidação MS/GM Nº 01, de 2017, que dispõe sobre a participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde e o credenciamento de prestadores de serviços no Sistema Único de Saúde (SUS), segundo as condições estabelecidas no presente edital, nos seus anexos e na Minuta de Contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

**2. DO OBJETO**

1. O presente edital tem por objeto, **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB**, conforme anexo I, visando à prestação de serviços aos usuários do Sistema Único de Saúde, SUS.

**3. DO PRAZO E LOCAL DO CREDENCIAMENTO**

1. O presente Edital terá validade por prazo indeterminado, podendo os interessados solicitar credenciamento, a qualquer tempo, desde que cumpridos todos os requisitos e que seja vigente o presente edital de credenciamento.
2. O Período de Recebimento dos Documentos de credenciamento para seleção **IMEDIATA** será a partir do dia **04/08/2023**, no horário entre às 09:00 horas até às 12:00 horas, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de ITAPORANGA - PB, NA PREFEITURA DE ITAPORANGA, Praça João Pessoa, 31 - Centro, Itaporanga - PB, 58780-000, Brasil.
3. O credenciamento das entidades credenciadas ocorrerá mediante contratação via inexigibilidade de licitação.
4. Para cada pedido de credenciamento deverá ser instaurado um processo de inexigibilidade de licitação.
5. O valor da contratação de cada entidade credenciada observará a capacidade de atendimento informada pela mesma.
6. Os valores da contratação são os preços dispostos no anexo I do edital.
- 6.1. Os valores dos serviços dispostos no anexo I do edital foram extraídos de contratações realizadas por outros entes públicos, extraídas da plataforma “Banco de Preços”, bem como através de consultas a fornecedores locais, onde se apurou o menor preço encontrado.
7. O valor total da despesa para 12 meses, somando todas as empresas credenciadas, deverá obedecer a estimativa total da contratação prevista na fase de planejamento do processo de credenciamento.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO**

1. Poderão ser credenciados empresas e entidades habilitadas pelos seus respectivos conselhos quando e que possuam a documentação necessária para celebração do Termo de Credenciamento.

**2. Não poderão participar do Credenciamento:**

2.1 Empresas Reunidas em consórcios, grupos ou associações de empresas, haja vista que o objeto possui baixa complexidade, cujos valores também não são elevados, conforme Acórdãos TCU nº 1.405/2006, 1.453/2009, - Plenário e nº 1.102/2009.

2.2 Cujos dirigentes, profissionais ou responsáveis técnicos ocupem ou tenham ocupado cargo de direção, assessoramento superior, assistência, intermediária, cargo efetivo ou emprego na Prefeitura Municipal de ITAPORANGA/PB ou em qualquer órgão ou entidade a eles vinculados, nos últimos 60 (sessenta) dias corridos, anteriores à data da publicação do Aviso deste Edital.

2.3 Em processo de falência ou concordata.

2.4 Estejam impedidas de licitar, contratar e/ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de suas entidades descentralizadas.

2.5 Estejam declaradas inidôneas por Órgão ou por Entidade da Administração Direta, por Autarquias, Fundações ou Empresas Públicas e por demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

2.6 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

2.7 Empresas cuja carga horária seja incompatível com o serviço a ser executado.

#### **5. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O CREDENCIAMENTO**

##### **5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

b) As participantes, em se tratando de Sociedades Cíveis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

c) As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

d) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

e) Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

##### **5.2 HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

a) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

### **5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou liquidação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da pessoa jurídica. Caso não conste outro prazo de validade da certidão, serão aceitas certidões emitidas nos últimos 90 (noventa) dias antes da data da sessão de abertura da licitação, descrita no preâmbulo do Edital. Caso a referida certidão não abranja Processo Judicial Eletrônico, quando já implantados na Comarca da sede da licitante, deverá ser apresentada também certidão negativa desses processos.

### **5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- a) Pelo menos um atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.
- b) Certificado de Inscrição de Pessoa Jurídica e Declaração de Responsabilidade Técnica do Serviço, emitida pelo Conselho Regional competente;
- c) Certidão de registro e inscrição dos profissionais indicados pela CREDENCIADA junto ao Conselho regional competente;
- d) Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;
- g) Declaração de disponibilidade e comprometimento de atendimento aos pacientes (anexo IV);
- h) Declarações diversas (anexo III);
- i) Preenchimento do requerimento de credenciamento, conforme modelo constante do Anexo II;
- j) Proposta de preço (Anexo VI).

## **6. DA FORMADE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO.**



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

1. Os documentos para credenciamento deverão ser apresentados, em envelope fechado e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da empresa, os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA/PB  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA  
CREDENCIAMENTO N.º 004/2023 – FMS-PMI**

**INTERESSADO: \_\_\_\_\_ CNPJ/CPF: \_\_\_\_\_  
ENVELOPE (DOCUMENTOS CREDENCIAMENTO)**

2. Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pela comissão permanente de licitação.

3. Aos profissionais e empresas interessados no credenciamento fica resguardado o direito de enviar o envelope com os documentos para Credenciamento, via postal, desde que, sejam protocolados na Prefeitura Municipal de ITAPORANGA, no local onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, com toda identificação do requerente e dados pertinente ao procedimento em epígrafe.

4. O prazo para resposta ao pedido de credenciamento deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do envelope.

## **7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

1. Será feita a abertura dos envelopes e conferência dos elementos neles contidos, de acordo com o exigido neste Edital, e análise e julgamento será realizada pela Comissão Julgadora de Licitações.

2. Após o transcurso do julgamento, a Comissão emitirá o parecer final classificatório.

3. O julgamento final será anunciado através da Imprensa Oficial e divulgado no Portal da Transparência da Prefeitura até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento do pedido de credenciamento.

4. O credenciamento terá validade até 12(doze) meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

5. Todos os encargos, impostos e demais tributos correm por conta do Credenciado.

6. O credenciado iniciará o atendimento em até 05 (cinco) dias após assinatura do contrato.

6.1. No caso em que a credenciada não tiver sede no Município de Itaporanga, a instalação e início dos atendimentos deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato.

7. Os documentos poderão ser entregues em original ou cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração devidamente identificado.

## **8. DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS**

1 - A distribuição dos serviços será de acordo com o número de credenciados e a demanda do município, devendo ser realizada uma escala de distribuição equânime.

2 - De acordo com a atividade a ser executada, será convocada a credenciada constante da relação, observada sempre a ordem de disponibilidade do credenciando para o atendimento imediato dos serviços.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

3 - Quando se tratar de demanda vinculada, derivada ou complementar, a uma demanda já cadastrada, a distribuição será dirigida, preferencialmente, para a credenciada que já esteja atuando no serviço ou, no caso de impossibilidade desta, para outra que já atuou.

4 – A convocação para prestação do serviço será efetivada mediante comunicação formalmente encaminhada à credenciada pela unidade demandante através da Unidade de Saúde.

5 - A confirmação da aceitação do serviço pela credenciada é automática ao recebimento da comunicação para prestação do serviço.

6 - A recusa formal da prestação do serviço, por parte da credenciada, injustificada, implica no descredenciamento e suas sanções.

7 - A credenciada não poderá transferir, total ou parcialmente a terceiros os serviços objeto deste credenciamento e aplicação das demais penalidades.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADO(S) CONTRATADO(S)**

9.1. As obrigações estão dispostas no anexo I.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. As obrigações estão dispostas no anexo I.

## **11. DA FISCALIZAÇÃO**

1 – A fiscalização dos serviços será do Município através do Fundo Municipal de Saúde, ou de quem esta determinar.

2 – A existência da fiscalização não eximirá o (a) credenciado (a) de nenhuma responsabilidade civil ou penal quanto aos seus atos para a prestação de serviços.

## **12. DO DESCREDENCIAMENTO**

1 - O descumprimento de qualquer das cláusulas por parte do credenciado, poderá ensejar a rescisão do Termo de Credenciamento, prevalecendo sempre, antes da aplicação da penalidade, o princípio do exercício do pleno direito à defesa, devendo o Município notificar o Credenciado, por escrito, para que no prazo de 10 (dez) dias, também por escrito, proceda aos seus elementos de defesa, que serão apreciados.

2 - Caso comprovado que o CREDENCIADO agiu de forma discriminatória, ou ainda submeteu o paciente à situação vexatória e ou constrangedora, será imediatamente DESCREDENCIADO, para todos os procedimentos, podendo ainda responder judicialmente pelo ato praticado.

3 - O CREDENCIADO poderá solicitar a rescisão do Credenciamento, comprovando que há fatos ou normas legais que o tornem materialmente impossível, desde que o faça mediante aviso prévio, por escrito, com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência.

4 - O gestor do Município poderá rescindir o Credenciamento no todo ou em parte, a qualquer tempo, visando sempre aos princípios básicos da Administração Pública.

## **13. DA REVISÃO DO PREÇO**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

13.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do contrato.

13.2. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite da assinatura do contrato, pela variação do IPCA (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

13.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

13.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

13.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

13.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

13.7. Durante o período de análise do pedido, a empresa deverá efetuar os serviços pelo preço CREDENCIADO, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.

#### **14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

1 - Das decisões proferidas pela Administração decorrentes deste credenciamento caberão recurso, nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93 e demais dispositivos legais de regência.

2 - Todos os recursos, deverão obrigatoriamente ser redigidos, assinado pelo representante legal e entregues a Comissão Permanente de Licitação pessoalmente ou pelos correios, vedada a emissão por fax e e-mail.

3 - As impugnações ao edital obedecerão às regras do art. 41 da lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

#### **15. DA FORMA DE PAGAMENTO**

1 - O pagamento será efetuado mensalmente em até 30 dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da Prefeitura Municipal de ITAPORANGA/PB.

2- O pagamento será feito mediante transferência ou cheque nominal do Banco do Brasil ou outra instituição bancária da contratante.

3- O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo setor de regulação da Secretaria Municipal de Saúde, da Nota Fiscal/Fatura com a relação de procedimentos produzidos, apresentada pela CREDENCIADA.

4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CREDENCIADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CREDENCIADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times P$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx/100)}{365}$$

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## **16. DA HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO**

1 – A comissão de licitação submeterá ao Prefeito Municipal do Município o presente processo para homologação/ratificação do Credenciamento.

2 – Enquanto estiver vigente o presente edital, poderão ser credenciados pessoas jurídicas, devendo a cada requerimento ser realizado uma ratificação específica.

## **17. DA CONTRATAÇÃO**

1 - A contratação decorrente deste credenciamento será formalizada mediante assinatura do termo de contrato; cuja respectiva minuta constitui, anexo do presente ato convocatório.

1.1 - Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista do (a) credenciado (a) estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão credenciante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

1.2 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o Credenciado (a) será notificada para, no prazo de 05 (Cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XVI, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

2 – O (a) credenciado (a) deverá no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados da data da convocação, comparecer a sede da Comissão Permanente de Licitação do Município de ITAPORANGA/PB, para assinar o termo de contrato.

3 - Quando o (a) credenciado (a), convocada dentro do prazo se recusar a assinar o contrato, este será automaticamente descredenciado.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

**18. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

1 - As sanções estão dispostas no anexo I.

**19. DA GARANTIA CONTRATUAL**

1 - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante deste credenciamento.

**20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1 - É facultado a Comissão Permanente de Licitação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do Credenciamento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

2- - Fica assegurado ao Município de ITAPORANGA-PB o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente Credenciamento, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;

3 - As Credenciadas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do credenciamento;

4 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do Município de ITAPORANGA-PB.

5 - A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do Credenciamento, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

6 - As decisões da Comissão Permanente de Licitação serão comunicadas mediante publicação no Diário Oficial do Município de ITAPORANGA, e na página web da Prefeitura Municipal de ITAPORANGA-Pb., salvo com referência àquelas que, lavradas em ata, puderem ser feitas diretamente aos representantes legais das credenciadas presentes ao evento, ou, ainda, por intermédio de ofício, desde que comprovado o seu recebimento, principalmente, quanto ao resultado de:

a) Julgamento deste Credenciamento;

b) Recurso porventura interposto.

7 - Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes, da Lei nº 8.666/93.

8 – As despesas provenientes para o exercício de 2023 serão custeadas com recursos de programas municipais e correrão nas dotações do orçamento geral do município, conforme abaixo:

Programas:

2051 Manutenção das Atividades das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Especializada-MAC - RECURSOS PRÓPRIOS

Elemento de Despesa:

3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

8.1 As eventuais contratações ocorridas em outros exercícios financeiros serão custeadas com recurso daquele exercício.

9 - O edital completo estará disponível no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de ITAPORANGA.

10 - Integram o presente Edital:

- A) Anexo I – ETP;
- B) Anexo II – Termo de referência;
- C) Anexo III – Formulário de requerimento para credenciamento
- D) Anexo IV - Modelo de declarações;
- E) Anexo V – Modelo de declaração de disponibilidade para atendimento;
- F) Anexo VI – Minuta de contrato;
- G) Anexo VII – Modelo proposta de preço

## **21. DO FORO**

1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública, no Foro da cidade de ITAPORANGA/PB, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, Inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

ITAPORANGA, 03 de agosto de 2023.

**DENISE LEMOS VERIATO**  
**Secretária Municipal de Saúde**

**ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. Informações Básicas**

**OBJETIVO: SERVIÇOS DE EXAMES DE LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.**

**2. Descrição da necessidade**

A realização de exames laboratoriais é fundamental para o diagnóstico, monitoramento e tratamento de diversas condições médicas. Os exames laboratoriais são essenciais para identificar doenças e condições de saúde que muitas vezes não podem ser detectadas apenas por meio da avaliação clínica. Eles fornecem informações detalhadas sobre o funcionamento do corpo, permitindo o diagnóstico mais preciso de várias enfermidades. Pacientes que sofrem de doenças crônicas, como diabetes, hipertensão ou problemas renais, precisam de exames regulares para monitorar seus níveis de açúcar, pressão arterial, função renal, entre outros parâmetros. Esses exames ajudam a ajustar o tratamento e prevenir complicações. Alguns exames laboratoriais, como os exames de rastreamento, podem identificar doenças em seus estágios iniciais, aumentando as chances de sucesso no tratamento e melhorando os prognósticos dos pacientes. Os exames também são necessários antes de realizar procedimentos cirúrgicos ou invasivos, para avaliar a saúde geral do paciente, identificar potenciais riscos e garantir que ele esteja apto para a cirurgia. Os exames laboratoriais ainda permitem monitorar a eficácia dos tratamentos médicos ao longo do tempo, ajustando as terapias conforme necessário para garantir os melhores resultados para o paciente. Além de diagnosticar doenças, os exames laboratoriais também podem ser usados para avaliar a saúde geral de uma pessoa, ajudando na prevenção de problemas de saúde futuros.

**3. Das soluções existentes no mercado:**

Para solucionar a necessidade apresentada no tópico anterior, necessários analisar o mercado para descobrirmos qual a forma mais eficiente. Dentre as opções disponíveis temos:

- a) Terceirização de serviços: A contratação de empresas especializadas em prestação de serviços laboratoriais é outra alternativa. A Administração Pública pode selecionar empresas idôneas por meio de processos de licitação ou de credenciamento, onde são considerados critérios como qualidade, experiência, capacidade técnica e preço.
- b) Aquisição de equipamentos e prestação dos serviços de forma direta: A modernização dos laboratórios públicos, por meio da aquisição de equipamentos avançados e sistemas informatizados.

**3.1. Das vantagens e desvantagens das soluções encontradas:**

**3.3.1. Das vantagens da terceirização dos serviços:**

A terceirização dos serviços de exames laboratoriais resulta em economias significativas para a Administração Pública. A contratação de uma empresa especializada é mais eficiente financeiramente do que manter laboratórios próprios, com a possibilidade de diluir os custos operacionais entre diversas instituições que utilizam os serviços.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

Empresas terceirizadas de exames laboratoriais contam com profissionais altamente qualificados e equipamentos modernos. Isso garante a qualidade e precisão dos resultados, permitindo diagnósticos mais confiáveis.

Ao terceirizar os exames laboratoriais, a Administração Pública direciona seus esforços para a gestão e planejamento estratégico da área da saúde, otimizando a alocação de recursos e melhorando a qualidade do serviço prestado à população.

A terceirização permite ajustar a quantidade de serviços contratados de acordo com a demanda, tornando o serviço mais flexível e escalável, especialmente em momentos de aumento sazonal no número de exames.

Empresas especializadas em exames laboratoriais estão mais propensas a investir em tecnologia de ponta, o que proporciona acesso a equipamentos e métodos de análise mais avançados.

**3.3.2. Desvantagens da terceirização dos serviços:**

Ao terceirizar os exames laboratoriais, a Administração Pública tem menos controle sobre a qualidade dos serviços prestados. É essencial garantir que a empresa contratada atenda a rigorosos padrões de qualidade e siga procedimentos padronizados para evitar erros e resultados imprecisos.

Na terceirização dos serviços, a Administração Pública torna-se dependente do desempenho e confiabilidade da empresa contratada. Problemas com a empresa terceirizada, como atrasos ou falhas na prestação de serviços, podem afetar diretamente a continuidade do atendimento aos pacientes.

**3.3.3. Vantagens da Aquisição de equipamentos e prestação dos serviços de forma direta:**

Ao possuir os equipamentos laboratoriais, a Administração Pública pode ter controle total sobre o processo de realização dos exames, garantindo altos padrões de qualidade, precisão e confiabilidade dos resultados.

**3.3.4. Desvantagens da Aquisição de equipamentos e prestação dos serviços de forma direta:**

A aquisição de equipamentos laboratoriais envolve um alto investimento inicial, que onera a Administração Pública, especialmente na situação atual em os recursos financeiros são limitados.

A aquisição de equipamentos laboratoriais requer manutenção periódica para garantir seu funcionamento adequado e prolongar sua vida útil. Além disso, com o avanço tecnológico, pode ser necessário atualizar ou substituir os equipamentos com o passar do tempo, o que também representa custos adicionais.

A tecnologia dos equipamentos pode se tornar obsoleta rapidamente, especialmente na área de saúde, onde avanços tecnológicos frequentemente ocorrem. Isso pode levar a um risco de os equipamentos tornarem-se obsoletos antes mesmo de serem totalmente amortizados.

Além disso, a operação e manutenção dos equipamentos exigem mão de obra especializada e treinada. A Administração Pública precisa investir em capacitação e formação de pessoal, o que pode demandar recursos e tempo adicionais.

**3.3.5. Da melhor solução para o caso:**

Após analisar o cenário acima, acerca da melhor solução para o caso, concluímos que a terceirização é a forma mais eficiente para atender a nossa necessidade. A aquisição dos equipamentos se torna inviável no ponto de vista financeiro pois o investimento para aquisição é alto e a Prefeitura não dispõe de recursos em abundância para isso. Igualmente, a demanda é



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

pouca levando em consideração o nível de investimento. A aquisição ainda requer custos adicionais com a realização dos serviços e com manutenção, onerando ainda mais os cofres públicos.

**4. Da forma da contratação**

Após definir a melhor solução para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, nos resta agora definir qual a melhor forma de contratação, o que concluímos ser o credenciamento a melhor alternativa.

A escolha pelo processo de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, *caput*. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa/profissional ou um número limitado delas (es), mas todas (os) as(os) que tiverem interesse.

Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todas as empresas/profissionais interessadas na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital.

A Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS) define, entre outros aspectos, a contratação de prestadores de serviços de saúde como competência comum dos entes federativos. A contratação de serviços de saúde de forma complementar das instituições privadas e a sua relação com o gestor deve ser estabelecida por vínculos formais, permitindo-lhe suprir a insuficiência dos serviços no setor público, observadas as exigências gerais aplicáveis.

A celebração de vínculos formais entre gestores e prestadores de serviços de saúde tem dupla função: estabelecer uma ferramenta formal de compromisso entre as partes no aspecto qualitativo e garantir a legalidade dos repasses dos recursos financeiros. Para assegurar o atingimento dessas funções, deverão as partes cumprir as regras fixadas na legislação pertinente às Licitações e aos Contratos Administrativos.

A formalização da participação complementar das entidades privadas no Sistema Único de Saúde reveste-se de importância, na atividade assistencial, e deve ainda ser entendida como importante mecanismo de gestão, controle e avaliação dos serviços contratados, conforme institui a Política Nacional de Regulação, na dimensão regulação da atenção.

A contratação ou a contratualização de serviços de assistência à saúde pelos gestores do SUS junto a entidades privadas está amparada pelo art. 199 da Constituição Federal que estabelece a possibilidade de a iniciativa privada participar do SUS, de forma complementar.

O Legislador, disciplinando a participação complementar da iniciativa privada no âmbito do sistema do SUS, editou a Lei nº 8.080/1990, estabelecendo que quando as disponibilidades de oferta de serviços próprios forem insuficientes para garantir o atendimento à população, o gestor de saúde poderá complementar a oferta com serviços privados de assistência à saúde, respeitando as competências que lhes são atribuídas pela lei, a legislação aplicável às licitações e os limites de seu território no planejamento de ações garantidoras da suficiência da assistência.

O Acórdão 1.215/2013 – Tribunal de Contas da União (TCU) avaliou as peculiaridades dos serviços de saúde no âmbito do SUS, onde normalmente a demanda é superior à oferta, daí o interesse da administração de contratar prestadores privados, de forma complementar, que se enquadrem nas condições definidas pelo poder público, caracterizando uma situação de inexigibilidade de licitação, permitindo o uso do credenciamento. Entretanto, o TCU ressalta a

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

ausência de regulamentação específica a respeito deste procedimento. Daí o referido Acórdão determinar ao Ministério da Saúde a edição de regulamentação, disciplinando o credenciamento de prestadores de serviços de saúde privados em complementação ao SUS, a ser utilizado por estados e municípios nos casos em que a oferta de serviços de saúde seja menor do que a demanda, sempre em estrita observância ao ordenamento jurídico.

Atendendo recomendação do TCU, o Ministério da Saúde editou a Portaria de Consolidação MS/GM Nº 01, de 2017, que dispõe sobre a participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde e o credenciamento de prestadores de serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).

Insta justificar que a presente contratação ocorrerá de forma complementar, haja vista que a oferta de ações e serviços de saúde públicos próprios são inexistentes e não temos condições técnicas e financeiras de garantir, de forma direta, a cobertura assistencial à população, notadamente nesses tipos de procedimentos, os quais são vultuosos devido ao alto valor do investimento para aquisição dos equipamentos e do custeio com a manutenção deles, acrescido da necessidade de ter pessoal técnico capacitado para operar os equipamentos e realizar os serviços.

Os serviços pretendidos são complementares e a melhor alternativa para o caso em alusão é a terceirização, haja vista que a Prefeitura não dispõe de recursos financeiros e de pessoal necessários para realizar os serviços de forma direta.

Ademais, importante pontuar que atualmente, não temos os profissionais pretendidos na estrutura funcional da prefeitura, motivo pelo qual a única alternativa é a terceirização dos serviços para a iniciativa privada.

2.2. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	ALBUMINA	UNID.	10	R\$ 11,00	R\$ 110,00
2.	ALFAFETOPROTEINA-020203009-1	UNID.	50	R\$ 38,00	R\$ 1.900,00
3.	AMILASE-020201018-0	UNID.	50	R\$ 11,00	R\$ 550,00
4.	ANTICORPO ANTI-RECEPTOR DE TSH-TRAB	UNID.	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
5.	ANTICORPOS ANTI LA-SSB-020203036-9	UNID.	30	R\$ 44,00	R\$ 1.320,00
6.	ANTICORPOS ANTI RO-SSA-020203035-0	UNID.	30	R\$ 44,00	R\$ 1.320,00
7.	ANTICORPOS ANTI-MICROSSOMAL- 020203055-5	UNID.	30	R\$ 32,33	R\$ 969,90
8.	ANTICORPOS ANTI-TIREOGLOBULINA- 020203062-8	UNID.	30	R\$ 35,00	R\$ 1.050,00
9.	ANTIGENO CARCINOEMBRIOGENICO (CEA)	UNID.	30	R\$ 33,00	R\$ 990,00

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

	- 020203096-2				
10.	ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)- 020203010-5	UNID.	800	R\$ 38,00	R\$ 30.400,00
11.	BACILOSCOPIA DE ESCARRO	UNID.	36	R\$ 40,00	R\$ 1.440,00
12.	BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES- 020201020-1	UNID.	300	R\$ 13,00	R\$ 3.900,00
13.	CALCIO - 020101014-7	UNID.	100	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00
14.	CITOMEGALOVIRUS - IGG - 020203074-1	UNID.	200	R\$ 27,00	R\$ 5.400,00
15.	CITOMEGALOVIRUS - IGM - 020203085-7	UNID.	200	R\$ 38,00	R\$ 7.600,00
16.	COAGULOGRAMA	UNID.	500	R\$ 22,00	R\$ 11.000,00
17.	COMPLEMENTO- FRAÇÃO C3 - 020203012-1	UNID.	20	R\$ 22,00	R\$ 440,00
18.	COMPLEMENTO- FRAÇÃO C4 - 020203013-0	UNID.	20	R\$ 22,00	R\$ 440,00
19.	COMPLEMENTO TOTAL (CH-100%)- 020203006-7	UNID.	20	R\$ 44,00	R\$ 880,00
20.	CREATINO QUINASE TOTAL- 02021026-0	UNID.	20	R\$ 22,00	R\$ 440,00
21.	CULTURA DA SECREÇÃO DE OROFARINGE - 020208008-0	UNID.	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
22.	CULTURA DA SECREÇÃO DO OUVIDO DIREITO - 020208008-0	UNID.	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

23.	CULTURA DE URINA + ANTIBIOGRAMA - 020208008-0	UNID.	150	R\$ 38,00	R\$ 5.700,00
24.	DESIDROGENASE LACTICA TOTAL - 020201036-8	UNID.	50	R\$ 17,00	R\$ 850,00
25.	DETERMINAÇÃO DA PROVA DO COOMBS INDIRETO - 020212009-0	UNID.	300	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
26.	EPSTEIN BARR VIRUS IGG- 020203083-0	UNID.	30	R\$ 44,00	R\$ 1.320,00
27.	EPSTEIN BARR VIRUS IGM- 020203094-6	UNID.	30	R\$ 44,00	R\$ 1.320,00
28.	ESTRADIOL (E2) - 020206016-0	UNID.	100	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
29.	ESTRONA (EL) - 020206018-7	UNID.	30	R\$ 49,00	R\$ 1.470,00
30.	FATOR ANTI-NUCLEAR - 020203059-8	UNID.	50	R\$ 27,00	R\$ 1.350,00
31.	FERRITINA - 020201038-4	UNID.	100	R\$ 33,00	R\$ 3.300,00
32.	FOSFATASE ALCALINA - 020201042-2	UNID.	50	R\$ 13,00	R\$ 650,00
33.	FOSFORO - 020201043-0	UNID.	150	R\$ 17,00	R\$ 2.550,00
34.	FRUTOSAMINAS	UNID.	20	R\$ 17,00	R\$ 340,00

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

35.	FTA-ABS IGG - 020203112-8	UNID.	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
36.	FTA-ABS IGM - 020203113-6	UNID.	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
37.	HEMOGLOBINA GLICOSILADA - 020201050-3	UNID.	300	R\$ 22,00	R\$ 6.600,00
38.	HEMOSEDIMENTAÇÃO - 020202015-0	UNID.	50	R\$ 7,00	R\$ 350,00
39.	HEPATITE A - IGG - 020203080-6	UNID.	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
40.	HEPATITE A - IGM - 020203091-1	UNID.	100	R\$ 44,00	R\$ 4.400,00
41.	HEPATITE B ANTI HBC (ANTIC. TOTALIS) - 020203078-4	UNID.	300	R\$ 25,00	R\$ 7.500,00
42.	HEPATITE B - ANTI HBS - 020203063-6	UNID.	300	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
43.	HEPATITE B - HBEAG - 020203098-9	UNID.	300	R\$ 33,00	R\$ 9.900,00
44.	HEPATITE B - IGM ANTI-HBC - 020203089-0	UNID.	300	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
45.	HEPATITE B HBSAG - 020203097-0	UNID.	300	R\$ 25,00	R\$ 7.500,00
46.	HEPATITE C - ANTICORPOS - 020203067-9	UNID.	200	R\$ 25,00	R\$ 5.000,00



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

<b>47.</b>	HORMONIO ESTIMULANTE DA TIREOIDE (TSH) - 020206025-0	<b>UNID.</b>	200	<b>R\$ 22,00</b>	R\$ 4.400,00
<b>48.</b>	HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE (FSH) - 020206023-3	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 30,00</b>	R\$ 1.500,00
<b>49.</b>	HORMONIO LUTEINIZANTE (L.H) - 020206024-1	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 27,00</b>	R\$ 1.350,00
<b>50.</b>	HTLV VII ANTICORPOS	<b>UNID.</b>	30	<b>R\$ 65,00</b>	R\$ 1.950,00
<b>51.</b>	IGE ESPECIFICA PARA LEITE - 020203103-9	<b>UNID.</b>	30	<b>R\$ 45,00</b>	R\$ 1.350,00
<b>52.</b>	IMUNOGLOBULINA IGA - 020203015-6	<b>UNID.</b>	30	<b>R\$ 40,00</b>	R\$ 1.200,00
<b>53.</b>	IMUNOGLOBULINAS IGE - 020203016-4	<b>UNID.</b>	30	<b>R\$ 27,00</b>	R\$ 810,00
<b>54.</b>	IMUNOGLOBULINAS M - 020203018-0	<b>UNID.</b>	30	<b>R\$ 40,00</b>	R\$ 1.200,00
<b>55.</b>	LIPASE- 020201055-4	<b>UNID.</b>	20	<b>R\$ 22,00</b>	R\$ 440,00
<b>56.</b>	MAGNESIO - 020201056-2	<b>UNID.</b>	20	<b>R\$ 17,00</b>	R\$ 340,00
<b>57.</b>	MUCOPROTEINAS - 020201057-0	<b>UNID.</b>	20	<b>R\$ 20,00</b>	R\$ 400,00
<b>58.</b>	PARASITOLOGICO (MINIMO 3 METODOS) - 020204012-7	<b>UNID.</b>	100	<b>R\$ 13,00</b>	R\$ 1.300,00

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

<b>59.</b>	PESQUINA DE ANTICORPOS ANTI-HIV 1+2 - 020203030-0	<b>UNID.</b>	400	<b>R\$ 25,00</b>	R\$ 10.000,00
<b>60.</b>	POTASSIO - 020201060-0	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 17,00</b>	R\$ 850,00
<b>61.</b>	PROGESTERONA - 020206029-2	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 30,00</b>	R\$ 1.500,00
<b>62.</b>	PROLACTINA - 020206030-6	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 27,00</b>	R\$ 1.350,00
<b>63.</b>	PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES - 020201062-7	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 20,00</b>	R\$ 1.000,00
<b>64.</b>	PSA TOTAL/LIVRE	<b>UNID.</b>	800	<b>R\$ 38,00</b>	R\$ 30.400,00
<b>65.</b>	RETICULOCITOS, CONTAGEM DE - 020202003-7	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 22,00</b>	R\$ 1.100,00
<b>66.</b>	RUBEOLA - IGG - 020203081-4	<b>UNID.</b>	300	<b>R\$ 38,00</b>	R\$ 11.400,00
<b>67.</b>	RUBEOLA - IGM - 020203092-0	<b>UNID.</b>	300	<b>R\$ 38,00</b>	R\$ 11.400,00
<b>68.</b>	SANGUE OCULTO, PESQUISA DE - 020204014-3	<b>UNID.</b>	100	<b>R\$ 20,00</b>	R\$ 2.000,00
<b>69.</b>	SODIO - 020201063-5	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 15,00</b>	R\$ 750,00
<b>70.</b>	SOROLOGIA HTLV I E II	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 65,00</b>	R\$ 3.250,00

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

71.	TESTOTERONA TOTAL - 02020634-9	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 27,00</b>	R\$ 1.350,00
72.	TIREAGLOBULINA - 020206036-5	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 35,00</b>	R\$ 1.750,00
73.	TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE) - 020206038-1	<b>UNID.</b>	200	<b>R\$ 22,00</b>	R\$ 4.400,00
74.	TIROXINA TOTAL (T4 TOTAL) - 020206037-3	<b>UNID.</b>	200	<b>R\$ 22,00</b>	R\$ 4.400,00
75.	TOXOPLASMOSE - IMUNOENZIMATICO - IGG - 020203076-8	<b>UNID.</b>	300	<b>R\$ 27,00</b>	R\$ 8.100,00
76.	TOXOPLASMOSE - IMUNOENZIMATICO - IGM - 020203087-3	<b>UNID.</b>	300	<b>R\$ 38,00</b>	R\$ 11.400,00
77.	TRANSAMINASE OXALACETICA - 020201064-3	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 9,00</b>	R\$ 450,00
78.	TRANSAMINASE PIRUVICA - 020201065-1	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 9,00</b>	R\$ 450,00
79.	TRIIODOTIRONINA LIVRE	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 22,00</b>	R\$ 1.100,00
80.	TRIIODOTIRONINA TOTAL (T3 TOTAL) - 020206039-0	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 22,00</b>	R\$ 1.100,00
81.	VITAMINA B- 12 - 02021070-8	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 38,00</b>	R\$ 1.900,00
82.	VDRL QUANTITATIVO	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$ 11,00</b>	R\$ 550,00



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

83.	VITAMINA D- 25	UNID.	50	<b>R\$ 54,00</b>	R\$ 2.700,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 305.539,90</b>

2.2. Os quantitativos acima mencionados foram extraídos do levantamento das demandas e necessidades dos últimos 02 anos.

### **3. Da previsão no Plano Anual de Contratações**

A presente contratação tem fundamento com base na Lei nº 8.666/93.

### **4. Área requisitante**

A presente demanda está sendo solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Itaporanga – PB, sob responsabilidade da Ilustríssima Secretária Municipal de Saúde, a Senhora DENISE LEMOS VERIATO.

### **5. Descrição dos Requisitos da Contratação**

Para os serviços de exames laboratoriais, os quais deverão ser prestados na sede da empresa contratada, caso as empresas não tenham sede no município, os credenciados terão o prazo de até 30 (trinta) dias para implantação e instalação da empresa no município de Itaporanga/PB, sob pena do descredenciamento e extinção do contrato.

Os credenciados deverão efetuar a entrega dos resultados dos exames realizados na sede da CREDENCIADA, preferencialmente logo após a realização desses, e na impossibilidade, desde que devidamente justificado, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização do exame.

### **6. Estimativa das quantidades e do valor contratado**

**6.1.** Os quantitativos foram extraídos do levantamento das contratações realizadas nos últimos dois anos, bem como através de análise da demanda atualizada.

### **7. Levantamento de Mercado**

Foi realizado o levantamento de mercado visando buscar a melhor solução para o problema existente. Fizemos pesquisa de mercado para prestação dos serviços em tela. Em sede de informação, a pesquisa de mercado foi realizada no sistema “Banco de Preços”, o qual centraliza as contratações de outros entes públicos, bem como com fornecedores locais.

### **8. Estimativa do valor da contratação**

Após encontrar a melhor solução para resolver o problema existente, foi realizada pesquisa no mercado, através de contratações de outros entes públicos e com fornecedores locais, e constatamos que o valor global da ordem de **R\$ 305.539,90 (trezentos e cinco mil quinhentos e trinta e nove reais e noventa centavos).**



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

O valor indicado acima serve apenas como parâmetro para identificar o custo total da contratação e obedeceu aos requisitos legais da Lei 8.666/93 e Decreto Municipal que regulamenta a matéria.

**9. Descrição da solução como um todo**

O presente estudo, como já informado, refere-se à contratação de empresas para realização de exames laboratoriais.

**10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

A solução para eventual contratação de empresa para realização de exames laboratoriais será parcelada, sendo a contratação do tipo chamada pública objetivando-se o credenciamento do maior número possível de empresas.

**11. Demonstrativo dos resultados pretendidos**

Visa-se garantir um atendimento de qualidade em nível primário de atenção à saúde aos munícipes que busquem os órgãos e programas que compõe a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itaporanga – PB.

**12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato**

É cediço informar que, a presente contratação deverá ser precedida de credenciamento, em observância a Lei nº 8.666/93.

Igualmente, a Coordenadoria da Secretaria Municipal de Saúde demais órgão e programas, realizou o seu Planejamento Anual para o ano de 2023, tendo por base as suas necessidades e histórico de consumo.

**12. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Em processos correlatos serão licitados outros tipos de serviços e insumos destinados a atender a demanda.

**13. Possíveis Impactos Ambientais**

A presente contratação não gera impactos ambientais diretos. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis.

A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

**14. Mapeamento de riscos**

O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento.

<b>RISCO</b>	<b>PROBABILIDADE</b>	<b>IMPACTO</b>
Questionamentos excessivos na licitação.	baixa	Baixa
Contratada se recusar a assinar o contrato.	baixa	Alto
Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato.	Baixa	Alto
Prestação de serviços sem qualidade	Baixa	Alto

Riscos do processo de contratação e da execução

<b>RISCO 1</b>	<b>QUESTIONAMENTOS EXCESSIVOS NA LICITAÇÃO</b>
Probabilidade	Baixa
Impacto	Baixa
Dano	Legitimidade da licitação ser colocada em questão
Ação Preventiva	- Definir as regras gerais da contratação de forma clara no Termo de Referência e atentar à legislação vigente.
Ação de Contingência	- Estudar e aplicar a legislação ao caso concreto.
<b>Risco 2</b>	<b>Contratada se recusar a assinar o contrato.</b>
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	A(s) contratada(s) podem não assinar o(s) contrato(s) devido a prática de mergulho.
Ação Preventiva	Definir punição no Termo de Referência para empresa contratada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado.
Ação de Contingência	Convocar novo fornecedor e punir os licitantes que descumpriram a avença.
<b>Risco 3</b>	<b>Incapacidade da empresa vencedora em executar o contrato.</b>
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	Atraso nos serviços
Ação Preventiva	Sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos fornecimentos a serem prestados. - Colocar regra no Termo de Referência que, em caso de inexecução parcial ou total do contrato, a segunda colocada poderá ser contratada. - Exigir documentação comprobatória que a licitante já prestou

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

	serviços semelhante ao contratado.
Ação de Contingência	Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso, cancelar contrato e adjudicar novo fornecedor ou promover nova licitação.
<b>Risco 4</b>	<b>Prestação de serviços sem qualidade</b>
Probabilidade	Baixo
Impacto	Alto
Dano	Prejuízos financeiros e risco à qualidade dos produtos
Ação Preventiva	Exigência de comprovação de qualificação técnica da contratada
Ação de Contingência	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova licitação.

**15. Declaração de Viabilidade**

A viabilidade deste ETP verifica-se pela economia no valor da aquisição em função do ganho de escala, na eficiência com a diminuição dos custos administrativos em função da redução da fragmentação de processos licitatórios e efetividade com padronização dos materiais. Além disso, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracteriza uma economicidade, os riscos envolvidos são administráveis. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente **VIÁVEL**.

**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1.0. DO OBJETO**

1.1. CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB.

**2.0. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A realização de exames laboratoriais é fundamental para o diagnóstico, monitoramento e tratamento de diversas condições médicas. Os exames laboratoriais são essenciais para identificar doenças e condições de saúde que muitas vezes não podem ser detectadas apenas por meio da avaliação clínica. Eles fornecem informações detalhadas sobre o funcionamento do corpo, permitindo o diagnóstico mais preciso de várias enfermidades. Pacientes que sofrem de doenças crônicas, como diabetes, hipertensão ou problemas renais, precisam de exames regulares para monitorar seus níveis de açúcar, pressão arterial, função renal, entre outros parâmetros. Esses exames ajudam a ajustar o tratamento e prevenir complicações. Alguns exames laboratoriais, como os exames de rastreamento, podem identificar doenças em seus estágios iniciais, aumentando as chances de sucesso no tratamento e melhorando os prognósticos dos pacientes. Os exames também são necessários antes de realizar procedimentos cirúrgicos ou invasivos, para avaliar a saúde geral do paciente, identificar potenciais riscos e garantir que ele esteja apto para a cirurgia. Os exames laboratoriais ainda permitem monitorar a eficácia dos tratamentos médicos ao longo do tempo, ajustando as terapias conforme necessário para garantir os melhores resultados para o paciente. Além de diagnosticar doenças, os exames laboratoriais também podem ser usados para avaliar a saúde geral de uma pessoa, ajudando na prevenção de problemas de saúde futuros.

**2.2. DA JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

A escolha pelo processo de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa/profissional ou um número limitado delas (es), mas todas (os) as(os) que tiverem interesse.

Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todas as empresas/profissionais interessadas na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital.

A Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS) define, entre outros aspectos, a contratação de prestadores de serviços de saúde como competência comum dos entes federativos. A contratação de serviços de saúde de forma complementar das instituições privadas e a sua relação com o gestor deve ser estabelecida por vínculos formais, permitindo-





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

Ihe suprir a insuficiência dos serviços no setor público, observadas as exigências gerais aplicáveis.

A celebração de vínculos formais entre gestores e prestadores de serviços de saúde tem dupla função: estabelecer uma ferramenta formal de compromisso entre as partes no aspecto qualiquantitativo e garantir a legalidade dos repasses dos recursos financeiros. Para assegurar o atingimento dessas funções, deverão as partes cumprir as regras fixadas na legislação pertinente às Licitações e aos Contratos Administrativos.

A formalização da participação complementar das entidades privadas no Sistema Único de Saúde reveste-se de importância, na atividade assistencial, e deve ainda ser entendida como importante mecanismo de gestão, controle e avaliação dos serviços contratados, conforme institui a Política Nacional de Regulação, na dimensão regulação da atenção.

A contratação ou a contratualização de serviços de assistência à saúde pelos gestores do SUS junto a entidades privadas está amparada pelo art. 199 da Constituição Federal que estabelece a possibilidade de a iniciativa privada participar do SUS, de forma complementar.

O Legislador, disciplinando a participação complementar da iniciativa privada no âmbito do sistema do SUS, editou a Lei nº 8.080/1990, estabelecendo que quando as disponibilidades de oferta de serviços próprios forem insuficientes para garantir o atendimento à população, o gestor de saúde poderá complementar a oferta com serviços privados de assistência à saúde, respeitando as competências que lhes são atribuídas pela lei, a legislação aplicável às licitações e os limites de seu território no planejamento de ações garantidoras da suficiência da assistência.

O Acórdão 1.215/2013 – Tribunal de Contas da União (TCU) avaliou as peculiaridades dos serviços de saúde no âmbito do SUS, onde normalmente a demanda é superior à oferta, daí o interesse da administração de contratar prestadores privados, de forma complementar, que se enquadrem nas condições definidas pelo poder público, caracterizando uma situação de inexigibilidade de licitação, permitindo o uso do credenciamento. Entretanto, o TCU ressalta a ausência de regulamentação específica a respeito deste procedimento. Daí o referido Acórdão determinar ao Ministério da Saúde a edição de regulamentação, disciplinando o credenciamento de prestadores de serviços de saúde privados em complementação ao SUS, a ser utilizado por estados e municípios nos casos em que a oferta de serviços de saúde seja menor do que a demanda, sempre em estrita observância ao ordenamento jurídico.

Atendendo recomendação do TCU, o Ministério da Saúde editou a Portaria de Consolidação MS/GM Nº 01, de 2017, que dispõe sobre a participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde e o credenciamento de prestadores de serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).

Insta justificar que a presente contratação ocorrerá de forma complementar, haja vista que a oferta de ações e serviços de saúde públicos próprios são inexistentes e não temos condições técnicas e financeiras de garantir, de forma direta, a cobertura assistencial à população, notadamente nesses tipos de procedimentos, os quais são vultuosos devido ao alto valor do investimento para aquisição dos equipamentos e do custeio com a manutenção deles, acrescido da necessidade de ter pessoal técnico capacitado para operar os equipamentos e realizar os serviços.

Os serviços pretendidos são complementares e a melhor alternativa para o caso em alusão é a terceirização, haja vista que a Prefeitura não dispõe de recursos financeiros e de pessoal necessários para realizar os serviços de forma direta.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

Ademais, importante pontuar que atualmente, não temos os profissionais pretendidos na estrutura funcional da prefeitura, motivo pelo qual a única alternativa é a terceirização dos serviços para a iniciativa privada.

**2.3. As características e especificações do objeto da referida contratação são:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	ALBUMINA	UNID.	10	R\$ 11,00	R\$ 110,00
	ALFAFETOPROTEINA- 020203009-1	UNID.	50	R\$ 38,00	R\$ 1.900,00
2.	AMILASE-020201018-0	UNID.	50	R\$ 11,00	R\$ 550,00
3.	ANTICORPO ANTI-RECEPTOR DE TSH-TRAB	UNID.	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
4.	ANTICORPOS ANTI LA-SSB- 020203036-9	UNID.	30	R\$ 44,00	R\$ 1.320,00
5.	ANTICORPOS ANTI RO-SSA- 020203035-0	UNID.	30	R\$ 44,00	R\$ 1.320,00
6.	ANTICORPOS ANTI- MICROSSOMAL- 020203055-5	UNID.	30	R\$ 32,33	R\$ 969,90
7.	ANTICORPOS ANTI- TIREOGLOBULINA- 020203062-8	UNID.	30	R\$ 35,00	R\$ 1.050,00
8.	ANTIGENO CARCINOEMBRIOGENICO (CEA) - 020203096-2	UNID.	30	R\$ 33,00	R\$ 990,00

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

9.	ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)- 020203010-5	UNID.	800	R\$ <b>38,00</b>	R\$ 30.400,00
10.	BACILOSCOPIA DE ESCARRO	UNID.	36	R\$ <b>40,00</b>	R\$ 1.440,00
11.	BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES- 020201020-1	UNID.	300	R\$ <b>13,00</b>	R\$ 3.900,00
12.	CALCIO - 020101014-7	UNID.	100	R\$ <b>17,00</b>	R\$ 1.700,00
13.	CITOMEGALOVIRUS - IGG - 020203074-1	UNID.	200	R\$ <b>27,00</b>	R\$ 5.400,00
14.	CITOMEGALOVIRUS - IGM - 020203085-7	UNID.	200	R\$ <b>38,00</b>	R\$ 7.600,00
15.	COAGULOGRAMA	UNID.	500	R\$ <b>22,00</b>	R\$ 11.000,00
16.	COMPLEMENTO- FRAÇÃO C3 - 020203012-1	UNID.	20	R\$ <b>22,00</b>	R\$ 440,00
17.	COMPLEMENTO- FRAÇÃO C4 - 020203013-0	UNID.	20	R\$ <b>22,00</b>	R\$ 440,00
18.	COMPLEMENTO TOTAL (CH-100%)- 020203006-7	UNID.	20	R\$ <b>44,00</b>	R\$ 880,00
19.	CREATINO QUINASE TOTAL- 02021026-0	UNID.	20	R\$ <b>22,00</b>	R\$ 440,00
20.	CULTURA DA SECREÇÃO DE OROFARINGE - 020208008-0	UNID.	30	R\$ <b>50,00</b>	R\$ 1.500,00

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

21.	CULTURA DA SECREÇÃO DO OUVIDO DIREITO - 020208008-0	UNID.	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
22.	CULTURA DE URINA + ANTIBIOGRAMA - 020208008-0	UNID.	150	R\$ 38,00	R\$ 5.700,00
23.	DESIDROGENASE LACTICA TOTAL - 020201036-8	UNID.	50	R\$ 17,00	R\$ 850,00
24.	DETERMINAÇÃO DA PROVA DO COOMBS INDIRETO - 020212009-0	UNID.	300	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
25.	EPSTEIN BARR VIRUS IGG- 020203083-0	UNID.	30	R\$ 44,00	R\$ 1.320,00
26.	EPSTEIN BARR VIRUS IGM- 020203094-6	UNID.	30	R\$ 44,00	R\$ 1.320,00
27.	ESTRADIOL (E2) - 020206016-0	UNID.	100	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
28.	ESTRONA (EL) - 020206018-7	UNID.	30	R\$ 49,00	R\$ 1.470,00
29.	FATOR ANTI-NUCLEAR - 020203059-8	UNID.	50	R\$ 27,00	R\$ 1.350,00
30.	FERRITINA - 020201038-4	UNID.	100	R\$ 33,00	R\$ 3.300,00
31.	FOSFATASE ALCALINA - 020201042-2	UNID.	50	R\$ 13,00	R\$ 650,00
32.	FOSFORO - 020201043-0	UNID.	150	R\$ 17,00	R\$ 2.550,00

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

33.	FRUTOSAMINAS	UNID.	20	R\$ 17,00	R\$ 340,00
34.	FTA-ABS IGG - 020203112-8	UNID.	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
35.	FTA-ABS IGM - 020203113-6	UNID.	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00
36.	HEMOGLOBINA GLICOSILADA - 020201050-3	UNID.	300	R\$ 22,00	R\$ 6.600,00
37.	HEMOSEDIMENTAÇÃO - 020202015-0	UNID.	50	R\$ 7,00	R\$ 350,00
38.	HEPATITE A - IGG - 020203080-6	UNID.	100	R\$ 25,00	R\$ 2.500,00
39.	HEPATITE A - IGM - 020203091-1	UNID.	100	R\$ 44,00	R\$ 4.400,00
40.	HEPATITE B ANTI HBC (ANTIC. TOTALS) - 020203078-4	UNID.	300	R\$ 25,00	R\$ 7.500,00
41.	HEPATITE B - ANTI HBS - 020203063-6	UNID.	300	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
42.	HEPATITE B - HBEAG - 020203098-9	UNID.	300	R\$ 33,00	R\$ 9.900,00
43.	HEPATITE B - IGM ANTI-HBC - 020203089-0	UNID.	300	R\$ 35,00	R\$ 10.500,00
44.	HEPATITE B HBSAG - 020203097-0	UNID.	300	R\$ 25,00	R\$ 7.500,00

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

45.	HEPATITE C - ANTICORPOS - 020203067-9	UNID.	200	R\$ 25,00	R\$ 5.000,00
46.	HORMONIO ESTIMULANTE DA TIREOIDE (TSH) - 020206025-0	UNID.	200	R\$ 22,00	R\$ 4.400,00
47.	HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE (FSH) - 020206023-3	UNID.	50	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00
48.	HORMONIO LUTEINIZANTE (L.H) - 020206024-1	UNID.	50	R\$ 27,00	R\$ 1.350,00
49.	HTLV VII ANTICORPOS	UNID.	30	R\$ 65,00	R\$ 1.950,00
50.	IGE ESPECIFICA PARA LEITE - 020203103-9	UNID.	30	R\$ 45,00	R\$ 1.350,00
51.	IMUNOGLOBULINA IGA - 020203015-6	UNID.	30	R\$ 40,00	R\$ 1.200,00
52.	IMUNOGLOBULINAS IGE - 020203016-4	UNID.	30	R\$ 27,00	R\$ 810,00
53.	IMUNOGLOBULINAS M - 020203018-0	UNID.	30	R\$ 40,00	R\$ 1.200,00
54.	LIPASE- 020201055-4	UNID.	20	R\$ 22,00	R\$ 440,00
55.	MAGNESIO - 020201056-2	UNID.	20	R\$ 17,00	R\$ 340,00
56.	MUCOPROTEINAS - 020201057- 0	UNID.	20	R\$ 20,00	R\$ 400,00

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

57.	PARASITOLÓGICO (MÍNIMO 3 MÉTODOS) - 020204012-7	UNID.	100	R\$ 13,00	R\$ 1.300,00
58.	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV 1+2 - 020203030-0	UNID.	400	R\$ 25,00	R\$ 10.000,00
59.	POTASSIO - 020201060-0	UNID.	50	R\$ 17,00	R\$ 850,00
60.	PROGESTERONA - 020206029-2	UNID.	50	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00
61.	PROLACTINA - 020206030-6	UNID.	50	R\$ 27,00	R\$ 1.350,00
62.	PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES - 020201062-7	UNID.	50	R\$ 20,00	R\$ 1.000,00
63.	PSA TOTAL/LIVRE	UNID.	800	R\$ 38,00	R\$ 30.400,00
64.	RETICULOCITOS, CONTAGEM DE - 020202003-7	UNID.	50	R\$ 22,00	R\$ 1.100,00
65.	RUBEOLA - IGG - 020203081-4	UNID.	300	R\$ 38,00	R\$ 11.400,00
66.	RUBEOLA - IGM - 020203092-0	UNID.	300	R\$ 38,00	R\$ 11.400,00
67.	SANGUE OCULTO, PESQUISA DE - 020204014-3	UNID.	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
68.	SÓDIO - 020201063-5	UNID.	50	R\$ 15,00	R\$ 750,00

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

69.	SOROLOGIA HTLV I E II	UNID.	50	R\$ 65,00	R\$ 3.250,00
70.	TESTOTERONA TOTAL - 02020634-9	UNID.	50	R\$ 27,00	R\$ 1.350,00
71.	TIREAGLOBULINA - 020206036-5	UNID.	50	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
72.	TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE) - 020206038-1	UNID.	200	R\$ 22,00	R\$ 4.400,00
73.	TIROXINA TOTAL (T4 TOTAL) - 020206037-3	UNID.	200	R\$ 22,00	R\$ 4.400,00
74.	TOXOPLASMOSE - IMUNOENZIMATICO - IGG - 020203076-8	UNID.	300	R\$ 27,00	R\$ 8.100,00
75.	TOXOPLASMOSE - IMUNOENZIMATICO - IGM - 020203087-3	UNID.	300	R\$ 38,00	R\$ 11.400,00
76.	TRANSAMINASE OXALACETICA - 020201064-3	UNID.	50	R\$ 9,00	R\$ 450,00
77.	TRANSAMINASE PIRUVICA - 020201065-1	UNID.	50	R\$ 9,00	R\$ 450,00
78.	TRIIODOTIRONINA LIVRE	UNID.	50	R\$ 22,00	R\$ 1.100,00
79.	TRIIODOTIRONINA TOTAL (T3 TOTAL) - 020206039-0	UNID.	50	R\$ 22,00	R\$ 1.100,00
80.	VITAMINA B- 12 - 02021070-8	UNID.	50	R\$ 38,00	R\$ 1.900,00



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

<b>81.</b>	VDRL QUANTITATIVO	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$</b> <b>11,00</b>	R\$ 550,00
<b>82.</b>	VITAMINA D- 25	<b>UNID.</b>	50	<b>R\$</b> <b>54,00</b>	R\$ 2.700,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$</b> <b>305.539,90</b>

2.2. Os quantitativos acima mencionados foram extraídos do levantamento das demandas e necessidades dos últimos dois anos.

### **3.0. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação tem fundamento com base no *caput* da Lei nº 8.666/93.

### **4.0. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os serviços só serão prestados de acordo com as especificações indicadas neste termo de referência, além de estarem em conformidade com as regras de aceitabilidade de consumo, qualidades requisitadas, e em consonância com as regras de vigilância sanitária.

4.1.1. Os serviços objeto deste termo de referência deverão ser realizados pela contratada por sua conta, risco e expensas, e prestados diariamente (de segunda a sexta), tendo em vista que o município possui demanda diária de realização de exames laboratoriais, então todos os dias deve haver profissional de saúde realizando os referidos exames no município de Itaporanga-PB, devendo sempre garantir a excelência na prestação do serviço, eficiência e conforto da população, prezando para que, na escolha do ente licitante, tenha-se como vetor o interesse público, não se responsabilizando a administração pelo espaço físico em que serão realizados os exames, devendo ser custeado às expensas do contratado, com fito de garantir maior celeridade, devendo o laudo ser disponibilizado em tempo hábil, no dia da realização do exame, para que o paciente possa realizar o melhor tratamento médico e mais célere, conforme a sua enfermidade, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. A marcação dos exames será feita de acordo com as necessidades dos pacientes, distribuídas proporcionalmente com a urgência e requisição, não havendo possibilidade de o município escolher o encaminhamento de todos os pacientes em um único dia.

4.1.2. Estar registrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

4.1.3. Submeter-se a avaliações sistemáticas pela gestão do SUS;

4.1.4. Submeter-se à regulação instituída pelo gestor;

4.1.5. Obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto pactuado com o ente federativo contratante;

4.1.6. Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA) e seus componentes, no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, quando solicitado;

4.1.7. Assegurar a veracidade das informações prestadas ao SUS;

4.1.8. Cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente; e

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

- 4.1.9. Preencher os campos referentes ao contrato no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).
- 4.2. Atendimento conforme a necessidade, podendo o Fundo Municipal de Saúde adaptar o número de atendimentos de acordo com parâmetros técnicos e série histórica.
- 4.3. Realizar procedimentos agendados em pacientes do Município de ITAPORANGA - PB, que estejam previstos neste edital, podendo o Fundo Municipal de Saúde adaptar o número de pacientes de acordo com parâmetros técnicos e série histórica.
- 4.4. Os equipamentos médicos necessários para realização dos exames serão de responsabilidade da contratada.
- 4.5. Deverá ser emitido mensalmente pela empresa credenciada, lista dos pacientes atendidos e encaminhar ao Fundo Municipal de Saúde.
- 4.6. A empresa credenciada deverá ter capacidade funcional para realizar o quantitativo ofertado dentro do mês em curso correspondente.
- 4.7. Obedecer aos prazos e fluxos estipulados pela CRAA – Central de Regulação, Avaliação e Auditoria para entrega da totalização da prestação dos serviços na competência, encaminhando o arquivo contendo a produção mensal dos procedimentos realizados, que deve utilizar sistema fornecido pelo DATASUS ou outro que obedeça ao layout do arquivo de produção definido pelo Ministério da saúde, à CRAA até o quinto dia útil do mês subsequente à realização dos procedimentos.
- 4.8. Entregar a CRAA, juntamente com o arquivo de produção dos procedimentos ambulatoriais realizados, as respectivas requisições, encaminhamentos ou laudos de solicitação/autorização regulados, subscritos pelos usuários atestando a realização do procedimento.
- 4.8.1. Ultimada a análise das requisições/encaminhamentos/laudos, estes serão devolvidos à Credenciada.
- 4.8.2. Caso algum apresente não conformidade passível de glosa, o respectivo valor será deduzido do faturamento nas apresentações seguintes.
- 4.9. Manter arquivado, em local seguro e de forma que facilite a localização, todas as requisições, encaminhamentos e laudos de solicitação/autorização ambulatorial, pelo prazo mínimo de 20 anos ou outro que venha a ser definido pelo Ministério da Saúde.
- 4.10. Manter atualizada as informações do seu Cadastro de estabelecimento de saúde (CNES), conforme estabelecido pela Portaria SAS/MS nº 134, de 4 de abril de 2011.
- 4.11. Preencher com exatidão e clareza todos os formulários e documentos obrigatórios na execução de suas atividades/serviços, bem como toda documentação ou qualquer outro documento oficial necessário para o regular faturamento junto aos órgãos competentes.
- 4.12. Apresentar a nota fiscal/fatura (pessoa jurídica), relativo aos serviços médicos e de saúde, realizados com a devida comprovação, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, devidamente certificada.
- 4.13. Cumprir rigorosamente a escala mensal definida e observar todas as normatizações estabelecidas do Sistema Único de Saúde – SUS e demais normas reguladoras dos serviços médicos e de saúde pública.
- 4.14. Fornecer à Direção Técnica da Fundo Municipal de Saúde de Itaporanga, número de contato de telefone e e-mail, sob pena de cancelamento do credenciamento.
- 4.15. Zelar pela pontualidade em todos os compromissos assumidos para a prestação de serviços de saúde, e demais profissionais da saúde aqui combinadas, tais como realizações de atendimentos de urgência e emergência, consultas, treinamentos, reuniões, prescrições, etc.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

4.16. Assegurar comportamento ético e de excelência de seus prepostos na relação com o paciente, fornecedores e demais equipes da unidade de saúde.

4.17. Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos e obrigações trabalhistas que incidam ou venham a incidir sobre as atividades inerentes à execução do objeto contratual, não cabendo, portanto, qualquer obrigação ao CONTRATANTE com relação aos mesmos.

4.18. Responder por qualquer recolhimento tributário e trabalhista devido e por quaisquer infrações fiscais cometidas, decorrente da execução do objeto contratual.

4.19. Zelar para que seus prepostos observem a proibição de divulgar, repassar, fotografar qualquer tipo de documento oficial da CONTRATANTE, e ainda de realizar filmagens internas da instituição e divulgar em mídias digitais sem a devida autorização da direção da instituição.

4.20. Para os serviços de exames, os quais deverão ser prestados na sede da empresa contratada, os credenciados terão o prazo de até 30 (trinta) dias para implantação e instalação da empresa no município de Itaporanga/PB, sob pena do descredenciamento e extinção do contrato.

4.21. Efetuar a entrega dos resultados dos exames realizados na sede da CREDENCIADA, preferencialmente logo após a realização desses, e na impossibilidade, desde que devidamente justificado, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização do exame.

#### **5.0. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos na legislação, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

5.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

5.2.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

5.3. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

5.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

5.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

5.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

5.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

5.6.2. Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

5.6.3. Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:

I - exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;

II - condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

III - efetuar o depósito de valores em conta vinculada;

IV - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

V - estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

5.6.4. Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo são absolutamente impenhoráveis.

5.6.5. O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

5.6.6. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado não poderá subcontratar partes do serviço.

## **6.0. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

6.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.8. Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 9º da Medida Provisória nº 1.047/21, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.

6.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **7.0. FORMAE CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

7.1. O critério de seleção dos prestadores de serviços será realizado através de credenciamento.

#### **8.0. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. O preço estimado da contratação encontra-se disponível no item 2.2.

#### **9.0. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2023, Recursos ordinários conforme informado pela secretaria de finanças.

#### **10.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

10.1. São obrigações da contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato,

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**11.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

11.1. A Contratada/credenciada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.

11.1.2. Efetuar a prestação dos serviços conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca.

11.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.1.8. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

11.1.9. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnicas vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

11.1.10. Realizar procedimentos agendados em pacientes do Município de ITAPORANGA - PB, que estejam previstos neste edital, podendo o Fundo Municipal de Saúde adaptar o número de pacientes de acordo com parâmetros técnicos e série histórica. O atendimento deverá ocorrer na sede da empresa credenciada, no município de Itaporanga.

11.1.11. Atendimento conforme a necessidade, podendo o Fundo Municipal de Saúde adaptar o número de atendimentos de acordo com parâmetros técnicos e série histórica.

11.1.12. Realizar procedimentos agendados em pacientes do Município de ITAPORANGA - PB, que estejam previstos neste edital, podendo o Fundo Municipal de Saúde adaptar o número de pacientes de acordo com parâmetros técnicos e série histórica.

11.1.13. Os equipamentos para realização dos exames serão de responsabilidade da contratada.

11.1.14. Deverá ser emitido mensalmente pela empresa credenciada, lista dos pacientes atendidos e encaminhar ao Fundo Municipal de Saúde.

11.1.15. A empresa credenciada deverá ter capacidade funcional para realizar o quantitativo ofertado dentro do mês em curso correspondente.

11.1.16. Obedecer aos prazos e fluxos estipulados pela CRAA – Central de Regulação, Avaliação e Auditoria para entrega da totalização da prestação dos serviços na competência, encaminhando o arquivo contendo a produção mensal dos procedimentos realizados, que deve

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

utilizar sistema fornecido pelo DATASUS ou outro que obedeça ao layout do arquivo de produção definido pelo Ministério da saúde, à CRAA até o quinto dia útil do mês subsequente à realização dos procedimentos.

11.1.17. Entregar a CRAA, juntamente com o arquivo de produção dos procedimentos ambulatoriais realizados, as respectivas requisições, encaminhamentos ou laudos de solicitação/autorização regulados, subscritos pelos usuários atestando a realização do procedimento.

11.1.18. Ultimada a análise das requisições/encaminhamentos/laudos, estes serão devolvidos à Credenciada. Caso algum apresente não conformidade passível de glosa, o respectivo valor será deduzido do faturamento nas apresentações seguintes.

11.1.19. Manter arquivado, em local seguro e de forma que facilite a localização, todas as requisições, encaminhamentos e laudos de solicitação/autorização ambulatorial, pelo prazo mínimo de 20 anos ou outro que venha a ser definido pelo Ministério da Saúde.

11.1.20. Manter atualizada as informações do seu Cadastro de estabelecimento de saúde (CNES), conforme estabelecido pela Portaria SAS/MS nº 134, de 4 de abril de 2011.

11.1.21. Preencher com exatidão e clareza todos os formulários e documentos obrigatórios na execução de suas atividades/serviços, bem como toda documentação ou qualquer outro documento oficial necessário para o regular faturamento junto aos órgãos competentes.

11.1.22. Apresentar a nota fiscal/fatura (pessoa jurídica), relativo aos serviços médicos e de saúde, realizados com a devida comprovação, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, devidamente certificada.

11.1.23. Cumprir rigorosamente a escala mensal definida e observar todas as normatizações estabelecidas do Sistema Único de Saúde – SUS e demais normas reguladoras dos serviços médicos e de saúde pública.

11.1.24. Fornecer à Direção Técnica da Fundo Municipal de Saúde de Itaporanga, número de contato de telefone e e-mail, sob pena de cancelamento do credenciamento.

11.1.25. Responsabilizar-se, em todos os aspectos, pelos profissionais que designar para prestar serviços, cabendo a ela fazer com que seus prepostos observem rigorosamente as normas internas.

11.1.26. Zelar pela pontualidade em todos os compromissos assumidos para a prestação de serviços, e demais profissionais da saúde aqui combinadas, tais como realizações de atendimentos de urgência e emergência, consultas, treinamentos, reuniões, prescrições, etc.

11.1.27. Assegurar comportamento ético e de excelência de seus prepostos na relação com o paciente, fornecedores e demais equipes da unidade de saúde.

11.1.28. Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos e obrigações trabalhistas que incidam ou venham a incidir sobre as atividades inerentes à execução do objeto contratual, não cabendo, portanto, qualquer obrigação ao CONTRATANTE com relação aos mesmos.

11.1.29. Responder por qualquer recolhimento tributário e trabalhista devido e por quaisquer infrações fiscais cometidas, decorrente da execução do objeto contratual.

11.1.30. Zelar para que seus prepostos observem a proibição de divulgar, repassar, fotografar qualquer tipo de documento oficial da CONTRATANTE, e ainda de realizar filmagens internas da instituição e divulgar em mídias digitais sem a devida autorização da direção da instituição.

estar registrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

11.1.31. Submeter-se a avaliações sistemáticas pela gestão do SUS;

11.1.32. Submeter-se à regulação instituída pelo gestor;

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

11.1.33. Obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto pactuado com o ente federativo contratante;

11.1.34. Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA) e seus componentes, no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, quando solicitado;

11.1.35. Assegurar a veracidade das informações prestadas ao SUS;

11.1.36. Cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente; e

11.1.37. preencher os campos referentes ao contrato no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

11.1.38. Os exames laboratoriais deverão ser realizados na sede da empresa contratada. No caso de a credenciada não ter sede no município de Itaporanga, os credenciados terão o prazo de até 30 (trinta) dias para implantação e instalação da empresa no município de Itaporanga/PB, sob pena do descredenciamento e extinção do contrato.

11.1.39. Efetuar a entrega dos resultados dos exames realizados na sede da CREDENCIADA, preferencialmente logo após a realização desses, e na impossibilidade, desde que devidamente justificado, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização do exame.

**12.0. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA, FINANCEIRA E TÉCNICA NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO**

12.1. Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada.

12.1.1 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

12.2. A contratada deverá comprovar conter os documentos a seguir relacionados:

a) declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (Lei 9.854/99),

d) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

**12.2.1. RELATIVA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

b) As participantes, em se tratando de Sociedades Cíveis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

c) As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

d) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

e) Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.2. RELATIVOS A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

c) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

**12.2.3. RELATIVOS À CAPACIDADE ECONOMICO FINANCEIRA**

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; caso reste declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

**12.2.4. RELATIVOS À CAPACIDADE TÉCNICA;**

a) Pelo menos um atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

b) Registro ou inscrição do estabelecimento na entidade profissional competente;

c) Certidão de registro e inscrição do profissional indicado como responsável técnico pela CREDENCIADA junto a entidade profissional competente;

c.1) A comprovação exigida acima dar-se-á através da apresentação de cópia de carteira de trabalho do profissional que comprove a condição de que pertence ao quadro da licitante, de contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional, contrato de prestação de serviços ou, ainda, da declaração de contratação futura do profissional responsável, acompanhada da anuência deste profissional e com cópia de um documento que comprove a assinatura do mesmo.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

- d) Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;
- g) Declaração de disponibilidade e comprometimento de atendimento aos pacientes (anexo IV);
- h) Declarações diversas (anexo III);
- i) Preenchimento do requerimento de credenciamento, conforme modelo constante do Anexo II;
- j) Proposta de preço (Anexo VI).

**13.0. DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA**

13.1. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93.

13.2. O objeto desta contratação será prestado na cidade de Itaporanga, na sede das empresas credenciadas.

**14.0. DO REAJUSTAMENTO**

14.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

14.2. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IPCA, tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

14.3 - A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

14.4 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

14.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

14.6. O equilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

**15.0. DO PAGAMENTO**

15.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de liquidação do empenho.

**16.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Advertência por escrito sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas, quando considerados faltas leves, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

b) Multa, observados os seguintes limites:

b.1) de 0,3% (três décimos por cento) por dia, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos serviços não realizados.

b.2) de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos serviços não realizados, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, constantes do instrumento contratual, ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b.3) de 0,3% (três décimos por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato e não discriminado nas alíneas anteriores, sobre o valor contratado, contada da comunicação da Contratante (via internet, fax, correio etc.), até cessar a inadimplência.

c) Impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, e suspensão por até 05 (cinco) anos no Cadastro de Fornecedores do Município.

d) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da declaração da penalidade.

16.2 – O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos à contratada e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

16.3 - As sanções previstas nas cláusulas “a)” a “c)” poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, salvo na hipótese de aplicação de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis.

16.4 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

a) A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega for devidamente justificado pelo Fornecedor e aceito pela Contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

16.5 - A inexecução parcial ou total do contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93 poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente;

16.6 - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual ou eventuais atrasos decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

16.7 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Contratante descontar o seu valor das notas fiscais e/ou faturas.

16.8 Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

16.9 - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que:



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
  - c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- Atenciosamente,



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

**ANEXO III – REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO**

**1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

Nome ou Razão social CRP  
nº: CNPJ ou CPF:

**1.1. ENDEREÇO:**

Rua, avenida, nº e complemento  
Bairro Município UF CEP  
Telefone Celular Fax E-mail

**2. TITULARES (sócios e representantes legais da empresa):**

Nome:  
Formação: Identidade: CPF:  
Nome:  
Formação: Identidade: CPF:

**3. QUADRO TÉCNICO PROFISSIONAL**

Nome:  
Formação:  
Identidade: CPF:  
Telefone: Celular:  
Nome:  
Formação:  
Identidade: CPF:  
Telefone: Celular:  
Nome:  
Formação: Identidade: CPF:  
Telefone: Celular:  
4. Serviços a serem prestados:

**4. DISPONIBILIDADE DE HORÁRIO DE ATENDIMENTO:**

Especialidade: \_\_\_\_\_  
Especialidade: \_\_\_\_\_

Período  
Matutino: \_\_\_\_\_ horas. Período Vespertino: \_\_\_\_\_ horas.  
Total de dias por semana: \_\_\_\_\_.  
Total de horas mensais: \_\_\_\_\_.

**5. DECLARAMOS, sob as penas da lei, que:**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

- recebemos os documentos que compõem o Edital e tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;
  - as informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, bem como que concordamos com os termos do edital e seus anexos;
  - temos ciência da obrigatoriedade de declarar qualquer fato superveniente impeditivo do credenciamento, e;
  - que possuímos condições de cumprir as exigências mínimas, para realização dos serviços a serem prestados, no que se refere aos recursos físicos e tecnológicos;
- Vimos requerer, mediante a presente, o credenciamento, em conformidade com o Edital divulgado

Local/data

Nome e Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo de CNPJ ou CPF

(Papel timbrado da empresa)

**OBS:** Em caso de representação por meio de procuração particular, a mesma deverá ter firma reconhecida em cartório.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES**

(Papel timbrado do empresa)

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_(nome)\_\_\_\_\_, CNPJ/CPF \_\_\_\_\_ -  
\_\_\_\_\_, sediada/residente \_\_\_\_\_, por

intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do credenciamento n.º 004/2023, DECLARA expressamente que:

- a) não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
- b) não possuir dirigentes ou responsáveis técnicos que ocupem ou tenham ocupado cargo de direção, assessoramento superior, assistência, intermediária, cargo efetivo ou emprego na Prefeitura Municipal de ITAPORANGA, Estado da Paraíba ou em qualquer órgão ou entidade a eles vinculados, nos últimos 60 (sessenta) dias corridos, anteriores à data da publicação do Aviso deste Edital;
- c) não estarem impedidas de licitar, contratar e/ou transacionar com a Administração Pública;
- d) não ter sido declarada inidônea por ato da administração;
- e) que não se enquadre nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- f) autoriza a comissão permanente de licitação da Prefeitura de ITAPORANGA a proceder diligência visando a comprovação de informações prestadas;

\_\_\_\_\_(cidade e estado)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

Nome ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Cargo ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Nº da cédula de identidade e órgão emitente: \_\_\_\_\_

Telefone, fax e e-mail para contato: \_\_\_\_\_

**OBS.: Esta declaração deverá ser inserida no envelope de Documentos de Habilitação**



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA ATENDIMENTO**

Declaro para os devidos fins a Disponibilidade de atendimento aos pacientes compreendidos na cidade de ITAPORANGA-PB, de acordo com o termo de referência e nos horários definidos no requerimento de credenciamento:

Local: \_\_\_\_\_  
....., ..... de ..... de 2023.

.....  
(Nome completo da Empresa)

.....  
(Nome e assinatura do representante legal da Empresa)





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

**ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO**

TERMO DE MINUTA DO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ITAPORANGA, ESTADO DA PARAIBA, E A EMPRESA (A): \*\*\*\*\* , TENDO POR OBJETIVO O CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE ITAPORANGA-PB.

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de 20\_\_\_, a Prefeitura Municipal de ITAPORANGA, Pessoa Jurídica de Direito Publico, com sede na Rua \_\_\_\_\_, s/n - Centro, ITAPORANGA-Pb – CEP\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, Cep: \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado, a Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ: xxxxxxxxxxxxxx, INSCRIÇÃO ESTADUAL: xxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxx, nº xxxx, Bairro xxxxxxxxxxxx, Cidade xxxxxxxxx, CEP: xxxxxxxxx, FONE: xxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo(a) Sr(a) xxxxxxxxxxxxxxxxx, CPF: xxxxxxxxx, RG xxxxxxxxxxxxxxxxx, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:**

1.1 Este contrato decorre do Edital de Chamamento Público para credenciamento n.º 0002/2023, através de inexigibilidade de licitação nº \_\_\_\_\_/2023, processada nos termos da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, bem como na a Portaria de Consolidação MS/GM Nº 01, de 2017, que dispõe sobre a participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde e o credenciamento de prestadores de serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:**

2.1 O presente contrato tem por objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE ITAPORANGA-PB.

2.2. Os serviços deverão obedecer rigorosamente às condições expressas neste instrumento, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

31. O valor total estimado deste contrato, a base do preço proposto, é de **R\$ XXXXXX (XXXXXX)**, conforme tabela abaixo:

<b>EXAMES DE IMAGEM</b>		
-------------------------	--	--



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

ITENS	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL

**CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS:**

4.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do contrato.

4.2. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite da assinatura do contrato, pela variação do IPCA, tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

4.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

4.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

4.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

4.6. O equilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

13.7. Durante o período de análise do pedido, a empresa deverá efetuar os serviços pelo preço CREDENCIADO, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

5.1 As despesas decorrentes do objeto do presente credenciamento correrão por conta do orçamento vigente Recursos Próprios do Município de ITAPORANGA, nas seguintes dotações:

Programas:

2051 Manutenção das Atividades das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Bloco Atenção Especializada-MAC - RECURSOS PRÓPRIOS

Elemento de Despesa:

3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

6.1 O pagamento será efetuado mensalmente em até 30 dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da Prefeitura Municipal de ITAPORANGA/PB.

6.2 O pagamento será feito mediante transferência ou cheque nominal do Banco do Brasil ou outra instituição bancária da contratante.

6.3 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo setor de regulação da Secretaria Municipal de Saúde, da Nota Fiscal/Fatura com a relação de procedimentos produzidos, apresentada pela contratada.

6.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times P$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx/100)}{365}$$

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS, VIGENCIA:**

7.1 O prazo início dos serviços do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades da Prefeitura, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, considerado a partir da assinatura do contrato:

**Início dos serviços:** em até 05 (cinco) dias após assinatura do contrato.

7.2 O Contrato vigorará a contar de sua assinatura pelas partes pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado, havendo acordo entre ambas as partes, depois de observado o Art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS SERVIÇOS:**

8.1. A distribuição dos plantões será de acordo com o número de credenciados e a demanda do município.

8.2. De acordo com a atividade a ser executada, será convocada a credenciada constante da relação, observada sempre a ordem de disponibilidade do credenciado para o atendimento imediato dos plantões.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

8.3. Quando se tratar de demanda vinculada, derivada ou complementar, a uma demanda já cadastrada, a distribuição será dirigida, preferencialmente, para a credenciada que já esteja atuando no serviço ou, no caso de impossibilidade desta, para outra que já atuou.

8.4. Convocação para prestação do serviço será efetivada mediante comunicação formalmente encaminhada à credenciada pela unidade demandante através da Unidade de Saúde.

8.5. A confirmação da aceitação do serviço pela credenciada é automática ao recebimento da comunicação para prestação do serviço.

8.6. A recusa formal da prestação do serviço, por parte da credenciada, injustificada, implica no descredenciamento e suas sanções.

8.7. A credenciada não poderá transferir, total ou parcialmente a terceiros os serviços objeto deste credenciamento e aplicação das demais penalidades.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

9.1. São obrigações da contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DECIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO:**

10.1. A Contratada/credenciada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:**

11.1 Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações.

**11.2 A rescisão Contratual poderá ser:**

11.2.1 Determinado por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados no Art. 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

11.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

11.2.3 Em caso de rescisão prevista nos Incisos XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem que haja culpa do (a) CONTRATADO (a), será essa ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

11.2.4 A rescisão Contratual de que trata o Inciso I do Art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 acarretará as consequências previstas no Art. 80, Incisos I e IV, no que couber ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

11.3 A CONTRATADA reconhecerá os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES**

12.1 - A contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato:

a) Advertência por escrito sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas, quando considerados faltas leves, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) Multa, observados os seguintes limites:

b.1) de 0,3% (três décimos por cento) por dia, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos serviços não realizados.

b.2) de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos serviços não realizados, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, constantes do instrumento contratual, ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b.3) de 0,3% (três décimos por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato e não discriminado nas alíneas anteriores, sobre o valor contratado, contada da comunicação da Contratante (via internet, fax, correio etc.), até cessar a inadimplência.

c) Impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, e suspensão por até 05 (cinco) anos no Cadastro de Fornecedores do Município.

d) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da declaração da penalidade.

12.2 – O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos à contratada e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

12.3 - As sanções previstas nas cláusulas “a)” a “c)” poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, salvo na hipótese de aplicação de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis.

12.4 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

a) A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega for devidamente justificado pelo Fornecedor e aceito pela Contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

12.5 - A inexecução parcial ou total do contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93 poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente;

12.6 - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual ou eventuais atrasos decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

12.7 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Contratante descontar o seu valor das notas fiscais e/ou faturas. 12.8 Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

12.9 - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que:

- a) Tenham, sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:**

13.1 Fica desde já eleito o Fórum da Comarca de **ITAPORANGA**, Estado da Paraíba, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação/ou execução deste Contrato, não resolvidas na esfera Administrativa.

13.2 E por estarem assim justos; Contratados e Concordantes com todas as Cláusulas e condições ora ajustadas, as partes assinam o presente Contrato Administrativo, que é feito em 03 (Três) vias de igual teor, na presença de duas Testemunhas instrumentais, que também assinam, devendo a CONTRATANTE, no prazo legal, providenciar a publicação, na imprensa Oficial, do extrato do Contrato, a teor no Art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal n.º 8.666/93, tudo para que o ato produza seus Jurídicos e Legais efeitos.

ITAPORANGA, \*\*\*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*

CONTRATANTE

\*\*\*\*\*

CREDENCIADO/CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1.º \_\_\_\_\_  
RG N.º

2.º \_\_\_\_\_  
RG N.º



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA

**ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

(Papel timbrado da licitante)  
PROPOSTA DE PREÇO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA-PB

\_\_\_\_\_(NOME DO CREDENCIADO) \_\_\_\_\_ CNPJ nº  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_(endereço completo, telefone, fax e e-mail  
atualizados)\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para  
os fins do credenciamento n.º 004/2023, apresenta Proposta de Preço para as especialidades,  
conforme abaixo especificado:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADES	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL

BANCO (Código): \_\_\_\_\_ AGÊNCIA (Código): \_\_\_\_\_ PRAÇA: \_\_\_\_\_  
BANCO (Nome): \_\_\_\_\_ CONTA CORRENTE: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_(cidade e estado)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do declarante)

Nome ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Cargo ou carimbo do declarante: \_\_\_\_\_

Nº da cédula de identidade e órgão emitente: \_\_\_\_\_

Telefone, fax e e-mail para contato: \_\_\_\_\_

\*\* Este formulário deverá ser inserido no envelope documentos credenciamento.



Federal (conveio) e Próprio (Diversos) do Município). **Repartição/setor interessado:** Secretaria de Urbanismo. **Data prevista para realização da sessão publicação:** 24/08/2023. **Horário previsto para início da sessão publicação:** 09h:00min (nove horas). **Local previsto para realizada a sessão pública e recebimento e abertura dos envelopes (proposta e habilitação):** Rua Maria Alves Barbosa, S/N, Centro, Coremas-PB (Auditório do Centro de Cultura Shaolin). **Download do edital:** www.coremas.pb.gov.br ou Sala da CPL (horário de expediente da CPL é das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas).

Coremas-PB, 26 de julho de 2023.

**FRANCIELHO ALVES BARRETO**

Presidente da CPL.

**Publicado por:**  
Francieudo Soares da Silva  
**Código Identificador:** 6A7863B9

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS**  
**EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DE PRAZO E VALOR**  
**AO CONTRATO Nº 029/2022 - INEXIGIBILIDADE Nº**  
**004/2022.**

Contratante: Prefeitura de Coremas-PB. Contratada: Julianna Adjunto Pereira de Oliveira - ME, CNPJ: 43.167.663/0001-08. Considerando, que o valor total contratado foi para um período de 06 (seis) meses; Considerando, que a atual gestão tão logo faça as devidas nomeações dos candidatos aprovados no concurso público, os contratos deste procedimento licitatório serão imediatamente distratados. Desta forma o contrato acima citado deve ser prorrogado, assim a vigência do presente contrato que fica prorrogada até 15/12/2023 (fundamentado na cláusula quarta) e por consequência o valor total aditivado será de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais) pelos os 05 (cinco meses) trabalhado com a carga horária de 20 horas semanais no serviço de atenção Domiciliar. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas contratuais que não foram modificadas pelo presente termo aditivo. Partes: Irani Alexandrino da Silva (Prefeito) e a Sra. Julianna Adjunto Pereira de Oliveira (Pela contratada).

Coremas-PB, 14 de julho de 2023.

**IRANI ALEXANDRINO DA SILVA -**  
Prefeito.

**Publicado por:**  
Francieudo Soares da Silva  
**Código Identificador:** 52CF12D6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS**  
**EXTRATO DO SÉTIMO ADITIVO DE VALOR AO**  
**CONTRATO Nº 160/2021**

**Pregão Presencial Nº 018/2021. Contratante:** Prefeitura de Coremas-PB. **Contratada:** Sugestão - Serviços Técnicos e Administrativos Ltda, CNPJ: 10.603.494/0001-52; Considerando, que a vigência do contrato vai até 12 de dezembro de 2023; Considerando, a necessidade de continuação dos serviços contratados e por se tratar de serviços de natureza continuada, fica justificada o acréscimo de 100 % do valor inicialmente contratado; Considerando, cláusula décima do contrato e o inciso ii do art.57 da lei federal 8.666/93; Considerando que a atual gestão fará nomeação de aprovados no concurso público municipal e que alguns cargos abrangem a presente prestação de serviço, tão logo o candidato tome posse, será automaticamente distratado com a empresa o valor função assumida pelo candidato. Desta forma por se considerando como serviços de natureza continuada fica aditivado ao valor total contratado a quantia total de R\$ 776.226,06 (Setecentos e setenta e seis mil, duzentos e vinte e seis reais e seis centavos) para pagamento dos prestados de serviços terceirizados através da contratada de acordo com a demanda da Secretaria de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Coremas. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas contratuais que não foram modificadas pelo presente termo aditivo. Partes: Irani Alexandrino da

Silva (Pela contratante) e Sr. Ronaldo Estrala dos Santos (Pela contratada).

Coremas-PB, 28 de julho de 2023.

**IRANI ALEXANDRINO DA SILVA**

Prefeito

**Publicado por:**  
Francieudo Soares da Silva  
**Código Identificador:** 98C11A9A

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA**  
**CREDENCIAMENTO Nº 004/2023 – PMI**

O Município de Itaporanga/PB, através da Secretaria de Saúde, torna público o presente edital de chamada pública objetivando o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB. O Período de Recebimento dos Documentos de credenciamento para seleção IMEDIATA será a partir do dia 04/08/2023, no horário entre às 09:00 horas até às 12:00 horas, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de ITAPORANGA - PB, NA PREFEITURA DE ITAPORANGA, Praça João Pessoa, 31 - Centro, Itaporanga - PB, 58780-000. O presente Edital terá validade por prazo indeterminado, podendo os interessados solicitar credenciamento, a qualquer tempo, desde que cumpridos todos os requisitos e que esteja vigente o presente edital de credenciamento. Cópia do Edital e seus anexos poderão ser obtidos no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Itaporanga (<http://itaporanga.pb.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes>) ou por e-mail ([cplitaporanga@gmail.com](mailto:cplitaporanga@gmail.com)), a partir da publicação deste aviso.

Itaporanga - PB, 03 de agosto de 2023

**DENISE LEMOS VERIATO**

Secretária de Saúde

**Publicado por:**  
Edmarineudson Rodrigues Pinto  
**Código Identificador:** F4BB220D

**GABINETE DO PREFEITO**  
**PORTARIA Nº. 673/2023**

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA, ESTADO DA PARAÍBA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS, PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E LEI COMPLEMENTAR Nº. 017/2015,**

**R E S O L V E:**

Exonerar **AFRANIO ALEXANDRE OLINTO** do Cargo de Provimento em Comissão de **ASSESSOR ESPECIAL CC-6, lotado no Gabinete do Prefeito.**

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31 de julho de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,  
Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaporanga-PB, em 1º de agosto de 2023.

**DIVALDO DANTAS**  
Prefeito Municipal

[Início > Edital](#)

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA – AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 004/2023 – PMI

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA

### AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 004/2023 – PMI

O Município de Itaporanga/PB, através da Secretaria de Saúde, torna público o presente edital de chamada pública objetivando o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA-PB. O Período de Recebimento dos Documentos de credenciamento para seleção IMEDIATA será a partir do dia 04/08/2023, no horário entre às 09:00 horas até às 12:00 horas, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de ITAPORANGA - PB, NA PREFEITURA DE ITAPORANGA, Praça João Pessoa, 31 - Centro, Itaporanga - PB, 58780-000. O presente Edital terá validade por prazo indeterminado, podendo os interessados solicitar credenciamento, a qualquer tempo, desde que cumpridos todos os requisitos e que esteja vigente o presente edital de credenciamento. Cópia do Edital e seus anexos poderão ser obtidos no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Itaporanga (<http://itaporanga.pb.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes>) ou por e-mail ([cplitaporanga@gmail.com](mailto:cplitaporanga@gmail.com)), a partir da publicação deste aviso.

*Itaporanga - PB, 03 de agosto de 2023*

**DENISE LEMOS VERIATO**  
*Secretária de Saúde*

4 de agosto de 2023 00:00



Sistema Correio de Comunicação.

Siga nossas redes sociais:



#### Serviços

[Fale Conosco](#)

[Política de Privacidade](#)

#### Rádios do Sistema Correio

Escute nossas rádios

0:00 / 0:00



